



IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (2019) NA FORMAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) ALFABETIZADOR(A)

Márcia Regina do Nascimento Sambugari

356

Lara Iris Jones dos Santos Lima

Aline Cristine Androlage Mercado

RESUMO

A alfabetização e o letramento são processos indissociáveis, sendo imprescindível propiciar à criança condições de aprendizagem para o exercício da cidadania. Contudo, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) imposta pelo governo federal em 2019 trouxe muitos retrocessos. Neste artigo aborda-se parte da pesquisa que investigou o enfoque dado pelos pesquisadores sobre a PNA, focalizando nesse texto as implicações na formação do(a) alfabetizador(a). Numa abordagem qualitativa de cunho bibliográfico foram levantados 42 artigos no Portal de Periódicos da CAPES e categorizados a partir da análise de conteúdo da vertente francesa de Laurence Bardin. Dentre outros aspectos constatou-se um silenciamento do letramento com a homogeneização de um ensino mecânico e padronizado, bem como uma formação desvinculada das necessidades formativas do(a) professor(a). Urge, portanto, assegurar uma formação continuada que garanta autonomia e trabalho colaborativo nas escolas.

Palavras-Chave

Políticas educacionais; Formação continuada; Alfabetização; Letramento; Professor(a) alfabetizador(a).

IMPLICACIONES DE LA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZACIÓN (2019) EN LA FORMACIÓN DE DOCENTES DE ALFABETIZACIÓN

RESUMEN

La alfabetización y el letramiento son procesos indisolubles, siendo crucial brindar a los niños condiciones de aprendizaje para el ejercicio de la ciudadanía. Sin embargo, la Política Nacional de Alfabetización (PNA) impuesta por el gobierno federal en 2019 ha generado numerosos retrocesos. Este artículo aborda parte de la investigación que examinó el enfoque de los investigadores hacia la PNA, centrándose en las implicaciones para la formación del alfabetizador. Utilizando enfoque cualitativo y bibliográfico, se identificaron 42 artículos en el Portal de Periódicos de CAPES y se categorizaron mediante el análisis de contenido de la vertiente francesa de Laurence Bardin. Se observó un silenciamiento del letramiento con la homogeneización de una enseñanza mecánica y estandarizada, así como una formación desvinculada de las necesidades del profesorado. Es urgente asegurar una formación continua que promueva la autonomía y el trabajo colaborativo en las escuelas.

**Palabras clave**

Políticas educativas; Formación continua; Alfabetización; Letramiento; Profesor de alfabetización.

THE NATIONAL LITERACY POLICY IMPLICATIONS (2019) ON LITERACY TEACHER'S TRAINING

357

ABSTRACT

Alphabetic learning and literacy are inseparable processes, being essential to provide children with the conditions of learning to citizenship practice. However, the National Literacy Policy imposed by the Federal Government, in 2019, brought a lot of setbacks. In this article, it is approached part of the research which investigated the focus given by researchers about the National Literacy Policy, focusing on the literacy teacher training implications. In a qualitative approach of bibliographic nature, forty-two articles were surveyed on the CAPES Journal Platform and categorized from the content analysis of Laurence Bardin's French line. Among other aspects, it was verified a literacy silencing because of a mechanical and standardized teaching homogenization, as well as an education unrelated to the teacher's training needs. Therefore, it is urgent to ensure continuous training which guarantees autonomy and collaborative work in schools

Key Words

Educational policies; Continuous training; Alphabetic learning and literacy; Literacy teacher

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos parte da pesquisa, de cunho bibliográfico, que investigou o enfoque dado pelos pesquisadores acerca da nova Política Nacional de Alfabetização (PNA) instituída pelo governo federal por meio do Decreto n. 9.765, de 11 de abril de 2019, que estabelece a Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019a) e do Caderno de Alfabetização (BRASIL, 2019b). Considerando que esta PNA foi revogada pelo atual governo federal com o Decreto n. 11.556/2023 (BRASIL, 2023), destacamos que o estudo em tela foi realizado nos períodos de 2021 e 2022 e contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio de bolsa de iniciação científica.

Partimos da compreensão de alfabetização e letramento como processos indissociáveis, sendo imprescindível propiciar à criança condições de aprendizagem para o exercício da cidadania. Tal entendimento está fundamentado em Soares (2004, 2014) que destaca que a alfabetização consiste no processo inicial e complexo de ensino e



aprendizagem da escrita e da leitura, ou seja, “[...] alfabetização em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” (SOARES, 2014, p. 15).

O processo de alfabetização não deve se restringir a ler e escrever, pois vivemos em uma sociedade marcada pela língua escrita e o letramento se torna indispensável para que os alunos vivenciem na sala de aula, por meio da leitura e da escrita, o contato com diversas situações e contextos, compreendendo a sua função social, pois:

[...] letramento é usar a escrita para se orientar no mundo (o atlas), nas ruas (os sinais de trânsito) para receber instruções (para encontrar um tesouro... para consertar um aparelho... para tomar um remédio), enfim, é usar a escrita para não ficar perdido. (SOARES, 2004, p. 43).

A autora nos alerta que a alfabetização e o letramento são indissociáveis e precisam caminhar juntos, pois alfabetizar letrando é ir além do domínio do código escrito, proporcionando condições para aprendizagens e para a construção do conhecimento nas variadas esferas sociais e políticas, com sentido e qualidade. Dessa maneira defendemos a necessidade de que seja assegurada na escola a diversidade de metodologias e estratégias didático-pedagógicas de forma que atenda as mudanças da sociedade nas quais demandam uma redefinição do compromisso social e pedagógico da escola, novas propostas à sua ação e formação. Isso se acentua quando se trata do processo de ensino e de aprendizagem da leitura escrita, fazendo-se necessário propiciar aos alunos o contato com diversas situações e contexto para a compreensão da sua função social.

As questões que nortearam a pesquisa foram as seguintes: (i) qual concepção de alfabetização é defendida na nova PNA? (ii) o que tem sido apontado nos artigos publicados em periódicos brasileiros sobre a PNA? Para responder esses questionamentos, como objetivo geral buscamos compreender o posicionamento de pesquisadores quanto à concepção de alfabetização assumida pelo Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Para tanto delineamos como objetivos específicos: (i) verificar as convergências e divergências da PNA apresentadas nos artigos levantados e analisados; e (ii) apontar as implicações da PNA para a formação e trabalho docente.

Numa abordagem metodológica de natureza qualitativa, a pesquisa contou com estudo documental do Decreto n. 9.765/2019 (BRASIL, 2019a) e do Caderno de



Alfabetização (BRASIL, 2019b), bem como o levantamento bibliográfico de artigos sobre a PNA publicados em periódicos brasileiros. Para tanto se utilizou de alguns elementos da análise de conteúdo de Bardin (2016) que se refere a um conjunto de técnicas para a análise sistemática de informações que permitam a inferência do conhecimento, perpassando as seguintes fases: “[...] 1. Pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.” (BARDIN, 2016, p. 125).

A seguir apresentamos a metodologia, a discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa tem caráter exploratório e descritivo a partir de levantamento bibliográfico e análise documental. Para Vosgerau e Romanowski (2014, p. 172), a pesquisa bibliográfica “[...] não se restringe a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas”. Já a pesquisa documental, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 55), “[...] baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Assim, por meio da estratégia de pesquisa bibliográfica foram levantados os artigos que abordaram a PNA. Como fonte de consulta foi utilizado o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tomando-se os seguintes descritores ‘PNA’ ou “Política Nacional de Alfabetização”. Pautando-se nas orientações e cuidados metodológicos observados por Vosgerau e Romanowski (2014), os artigos localizados foram classificados, primeiramente por ano de publicação e, em seguida por blocos temáticos, buscando identificar as convergências e divergências da PNA.

Também foi realizada a análise dos seguintes documentos oficiais: o Decreto n. 9.765/2019 (BRASIL, 2019a) e o Caderno de Alfabetização (BRASIL, 2019b), buscando verificar o conceito de alfabetização assumido no documento. Para a análise foi empregada a análise de conteúdo de Bardin (2016), partindo das três fases: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Para a exploração do material, dividimos em dois momentos: primeiro, o reconhecimento do texto com a leitura apurada do documento a fim de compreender toda a construção da política e, segundo, a



identificação do conceito de alfabetização defendida no mesmo. Quanto ao tratamento dos dados, optamos pela categoria de análise temática por meio do termo alfabetização presente nos documentos, para assim fazermos o contraponto com a análise de pesquisadores da área, autores dos artigos selecionados e analisados, cuja discussão e análise são apresentadas a seguir.

3 DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES

Primeiramente trazemos uma breve apresentação dos documentos da PNA (BRASIL, 2019a) que teve como finalidade implementar programas e ações voltados à alfabetização, configurando-se como alternativa do governo federal em resolver o histórico de fracassos e apresentar melhorias da realidade educacional, baseando-se no ensino que o documento denomina “Evidências Científicas”:

Art.1 - Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal (BRASIL, 2019a, p. 1).

Ao longo do ano de 2019, Ministério da Educação (MEC) desenvolveu um caderno orientador sobre a nova política de alfabetização com objetivo de detalhar os objetivos, metas e princípios instituídos na PNA de 2019, relacionada a alfabetização das crianças matriculadas no ciclo de alfabetização do Brasil (BRASIL, 2019b). Este documento é complementado na Portaria nº. 1.460 de 15 de agosto de 2019 (BRASIL, 2019c) que institui a Conferência Nacional de Alfabetização baseada em evidências científicas (CONAB). Este conceito “alfabetização baseada em evidências científicas” defendido na PNA se refere ao conhecimento atualizado e reconhecido internacionalmente a partir das teorias da neurociência cognitiva.

O caderno da PNA (BRASIL, 2019b) trata-se de um documento de 54 páginas, que detalha a política pública e, está organizada em três grandes blocos, além das referências e do Decreto na íntegra, conforme apresentado a seguir:



No primeiro bloco Contextualização, o documento apresenta o cenário atual, trazendo uma linha do tempo com os marcos históricos e normativos, bem como um histórico dos relatórios sobre a alfabetização no Brasil e no mundo. Entretanto, verifica-se que os estudos brasileiros sobre a aprendizagem da escrita não são considerados. É abordado que a PNA utiliza-se de pesquisas e estudos realizados em países desenvolvidos para desenvolver práticas e metodologias, na intenção da criação da elaboração de uma política de alfabetização de maior eficácia educacional.

O segundo bloco Alfabetização, literacia e numeracia aborda o conceito de alfabetização a partir da fundamentação da Ciência Cognitiva. São apresentados os conceitos de literacia e numeracia como elementos da aprendizagem. De acordo com o texto da PNA, a Literacia é uma forma de abordagem que inclui não só o uso social da leitura e da escrita, mas também as habilidades necessárias para alfabetização e o desenvolvimento da escrita, o conhecimento alfabético, o desenvolvimento da consciência fonológica entre outras habilidades.

Ainda, de acordo com o Caderno de Alfabetização da PNA (BRASIL, 2019b), a literacia pode ser caracterizada como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita. Ela é dividida para diferentes etapas de níveis de alfabetização, sendo elas: Literacia familiar onde afirma que o êxito das aprendizagens das crianças à leitura e escrita, está no vínculo familiar. Já na Literacia emergente, o texto compreende que é a fase em que a criança pré-adquire os conhecimentos das habilidades de leitura e escrita antes da etapa de alfabetização.

A Literacia Básica trazida no documento refere-se à fase que compreende as crianças em nível pré-escolar ao 1º ano do fundamental, onde considera que o conhecimento do vocabulário e consciência fonológica, são as habilidades fundamentais para o processo de alfabetização. A Literacia intermediária que vai do 2º ao 5º ano do fundamental consiste na etapa dos conhecimentos organográficos, que entende o significado da palavras comuns e fluência na leitura oral, e, por último, a Literacia Disciplinar que vai do 6º ano fundamental ao Ensino Médio com as habilidades de literacia específicas para diferentes disciplinas. (BRASIL, 2019b).

O documento destaca que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) apresenta a importância dessas aprendizagens e o desenvolvimento das crianças durante a

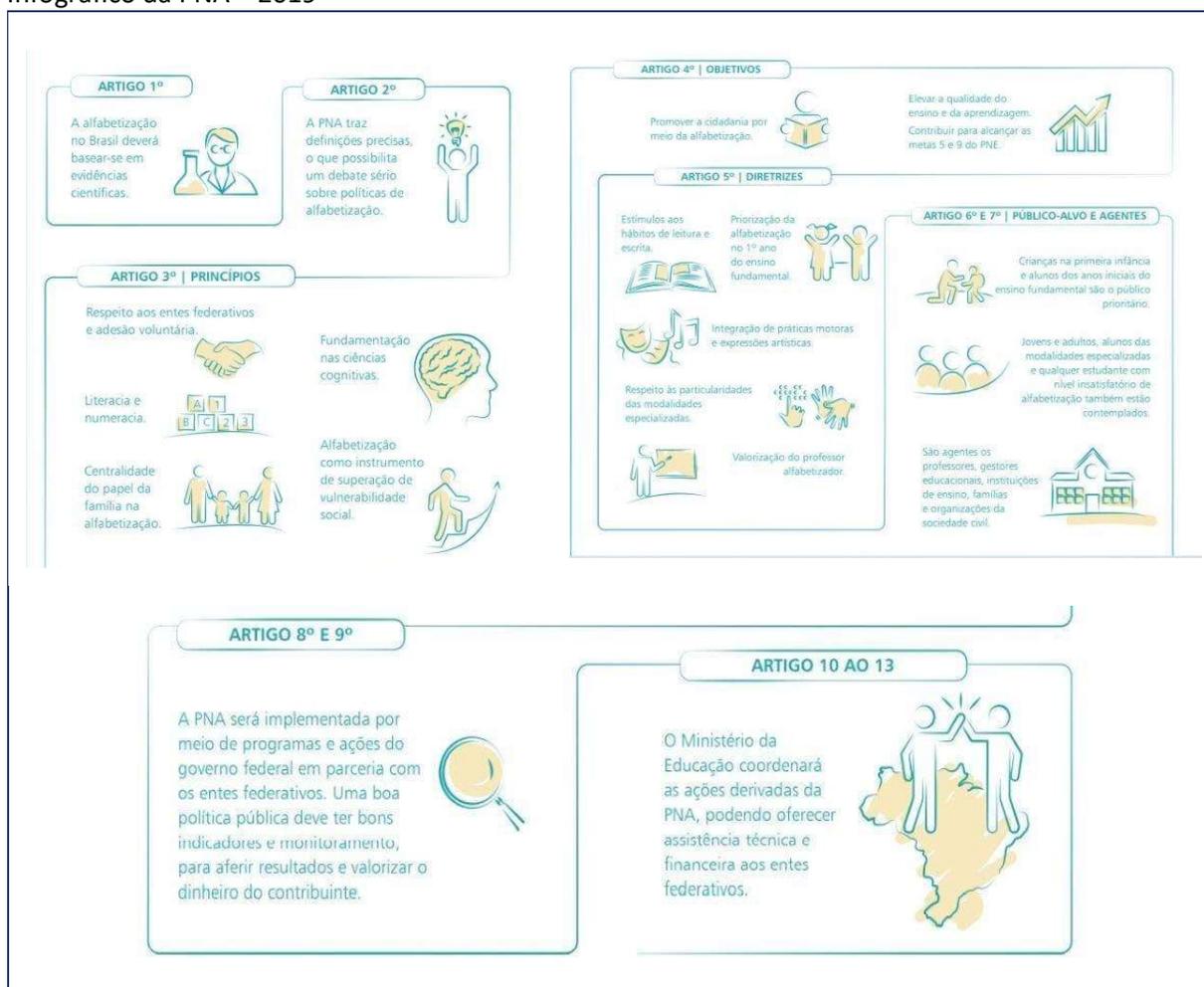


primeira infância, considerando que o diálogo entre a escola e a família são essenciais. Além disso, a escola precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da sociedade. A criança começa a se desenvolver lenta e gradualmente e percebe o mundo ao seu redor e busca ordená-lo a seu modo.

Ainda no texto da PNA é discutido como as crianças aprendem a ler e a escrever e como ensiná-las de forma eficaz, considerando o trabalho desde a educação infantil com a consciência fonológica e consciência fonêmica, defendendo, dessa maneira, o método fônico. Esse bloco ainda discorre sobre como as crianças e adultos aprendem e finaliza abordando a alfabetização no contexto das modalidades especializadas de educação.

No terceiro bloco denominado Política Nacional de Alfabetização, primeiramente consta um infográfico (Figura 1) que apresenta de forma ilustrativa como o decreto está organizado.

Figura 1
Infográfico da PNA – 2019



Nota: Recuperado de Brasil (2019b, p. 38-39).



Em seguida, o Caderno traz, de forma detalhada, os princípios, os objetivos e as diretrizes dessa política educacional, qual o público-alvo e os agentes envolvidos, a forma de implementação, avaliação e monitoramento da PNA. (BRASIL, 2019b). Ao final, após a lista de referências, é apresentado na íntegra o decreto que institui a PNA (BRASIL, 2019b).

No Art. 2º, o decreto leva em consideração diferentes tipos de nível de aprendizagem, alfabetização - capaz de ler e escrever palavras com autonomia e compreensão, Analfabetismo absoluto - não saber ler nem escrever, Analfabetismo funcional - habilidades limitadas de leitura e compreensão de texto, Consciência fonêmica - conhecimento das menores habilidades de fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente, Instrução fônica sistemática - grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada, entre outras diferentes habilidades de leitura, escrita e compreensão.

A PNA defende, no item X do Art 3º que a família é um dos principais agentes do processo de alfabetização. Na primeira infância, por meio das práticas de literacia familiar, e em seguida nos anos iniciais do ensino fundamental, mediante a cooperação e a integração com a comunidade escolar, a família é chamada a exercer seu papel nessa etapa fundamental da educação dos filhos, com imensos benefícios cognitivos e afetivos para a criança (Art. 5º - IV). E é nesse sentido, que o documento da PNA define alfabetização baseada em evidências científicas, como um fator de redução de desigualdades sociais e educacionais, uma vez que permite aos mais vulneráveis o acesso a abordagens mais eficazes. Assim, a PNA pretende proporcionar a toda criança, jovens e adultos não alfabetizados as melhores condições e oportunidades de aprendizagem para alcançar seu pleno desenvolvimento pessoal (Art. 3º - VIII, IX).

A PNA se apoia na importância do desenvolvimento da criança durante a primeira infância, nessa fase da vida, a criança desenvolve sua consciência na interação consigo e com os outros e é capaz de adquirir certas habilidades e conhecimentos que terão influxo positivo para a alfabetização formal nos anos iniciais do ensino fundamental (Art. 5º - II).

Durante a primeira infância, na fase da educação infantil, onde a criança melhor se desenvolve, o documento defende que deve-se aproveitar esse momento do desenvolvimento infantil para integrar práticas pedagógicas no campo da linguagem, da literacia e da numeracia. (Art. 3º - VI).



Em seu Art. 12 é apresentado que o governo federal e o MEC assumem a função de oferecer assistência técnica e financeira para garantir a qualidade de ensino e igualar as oportunidades educacionais, com o propósito de garantir o padrão de qualidade de suas iniciativas e a aplicação responsável dos recursos públicos (BRASIL, 2019a).

Por fim, acrescenta que compete ao MEC garantir as ações decorrentes ao descrito no disposto e a colaboração entre os entes federativos da Política Nacional, seja com prestação técnica e financeira, além do incentivo à produção, formação e elaboração, de suporte, avaliações e atividades adequadas.

Após essa contextualização dos documentos, a seguir, apresentamos as discussões e análise a partir do diálogo com pesquisadores da área.

O levantamento dos artigos foi realizado no dia 19 de abril de 2022, utilizando as seguintes fontes de consulta: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e Portal dos Periódicos da CAPES. Conforme sistematizado na Tabela 1, dos 46 artigos localizados há uma concentração nos anos de 2019 (12 artigos) e 2021 (15 artigos).

Tabela 1

Número de Artigos publicados por Ano sobre Política Nacional de Alfabetização (2019-2022)

Ano	Quantidade
2019	12
2020	8
2021	15
2022	7
Total	42

Elaborado pelas autoras.

Ao organizarmos os artigos a partir da temática principal discutida pelos pesquisadores verificamos, de acordo com a sistematização apresentada na Tabela 2, a seguir, uma diversidade de temas, todos tecendo críticas e com posicionamentos em defesa de uma política de alfabetização que respeite os protagonistas, sejam as crianças, os professores e todos os envolvidos na comunidade escolar.

Com a análise do Decreto, do Cadernos da PNA (BRASIL, 2019a; 2019b) no diálogo com os artigos levantados nos deparamos com uma multiplicidade de aspectos discutidos.



Dessa maneira elencamos alguns, fazendo um contraponto da análise do documento com o posicionamento dos pesquisadores, autores dos artigos localizados.

Tabela 2

Distribuição dos artigos sobre a PNA em blocos temáticos (2019-2022)

Blocos Temáticos	Quantidade
Concepção de alfabetização	5
Concepção de escrita	1
Coordenação Pedagógica	2
Currículo	8
Educação de Jovens e Adultos	1
Educação Infantil	4
Educação literária	4
Formação de Professores	3
Método Fônico	9
Programas (ABC; Conta pra mim; Tempo de Aprender)	5
Total	42

Elaborado pelas autoras.

Um deles, apresentado por Teixeira e Silva (2021) trata-se da ênfase de um discurso moderno da inserção da educação baseada em evidências científicas, fazendo-nos pensar que essa ideologia é algo comprovado cientificamente. As autoras destacam que esse ideal moderno no qual a PNA se embasa, lança-nos ao desconhecido, cegamente baseados em sua cientificidade, acreditando nessa modernidade, certos de estarmos cumprindo com a missão educacional, pautada na eficácia garantida pela ciência do método.

Logo na primeira parte do caderno é apresentado um discurso estatístico, com dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Esta é uma avaliação censitária da alfabetização criada em 2013, nesse sentido a ANA:

[...] insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Instituído pela Portaria no 867, de 4 de julho de 2012, o Pacto constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e



dos Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até a conclusão do Ciclo de Alfabetização (BRASIL, 2013, p. 5).

Essa estatística é utilizada no documento com a finalidade de sustentar a afirmação do fracasso com relação a aprendizagem da leitura e escrita em turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que estão em processo de alfabetização. Esse discurso, conforme destacam Teixeira e Silva (2021), condena e culpabiliza o indivíduo pelo atraso da educação do país, ideia relacionada a de preconceito socioeconômico, caracterizando o cidadão alfabetizado como uma pessoa de melhor possibilidade de bem-estar econômico, sendo o analfabeto, o oposto, experimentador de menor prosperidade econômica. Em outras palavras, a pobreza é culpa da pessoa analfabeta que é por esse motivo consequentemente responsável pelo seu analfabetismo.

Teixeira e Silva (2021) asseguram-se que utilizar unicamente da ANA como referencial pelos resultados obtidos na estatística apresentada, sem considerar outras avaliações, como é retratado no caderno da PNA, é uma estagnação no desempenho dos alunos, uma vez que desconsidera outras pesquisas. Para uma boa comparação de dados é necessário que haja consideração do índice de avaliações diferentes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), antecessor e posterior ao ano de 2013, ano de sua implementação ao ANA.

A nova perspectiva da PNA defende o modelo de ensino baseado em métodos científicos, com a neurociência e de pesquisas de psicologias cognitivas impondo uma didática desrespeitosa e nada motivadora. Além disso, a PNA impõe o método fônico com uma visão bastante simplista da consciência fonêmica. Os fonemas são sons produzidos ao falar, representando unidades sonoras que formam as palavras, essas habilidades desenvolvidas no método fônico não são unicamente necessárias para uma criança compreender o sistema silábico.

O caderno apresenta, ainda, quais seriam os benefícios de uma alfabetização baseada em evidências científicas a partir do discurso de que para conseguir avanço na alfabetização é preciso se pautar em uma perspectiva salvacionista de educação pautada nas ciências cognitivas, comparando o Brasil a países que obtiveram avanços utilizando em suas políticas públicas tais evidências. Nesse sentido, no documento é apresentado que a ciência cognitiva, enquanto um campo interdisciplinar, estuda a mente e sua relação com cérebro.



Por ser recente e moderno é considerado pelos propositores documento como progresso científico, conforme podemos verificar no item 2 do Caderno, apresentado a seguir:

[...] é daí que nasce um campo de estudos importantíssimo para o aprofundamento da alfabetização: a ciência cognitiva da leitura, que se ocupa especialmente dos processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino das habilidades de leitura e de escrita e procura responder a perguntas fundamentais: “Como funciona o cérebro de quem está aprendendo a ler? Algo nele muda? Como aprendemos a ler? (BRASIL, 2019b, p. 20).

Concordamos com Teixeira e Silva (2021) que trata-se de uma visão restrita essa abordagem, pois a neurociência cognitiva e a capacidade de aprender baseadas nessas ideias concebem a criança como uma tábula rasa, cabendo ao professor o papel de alfabetizar por meio de um método único e padronizado do fazer pedagógico para todo o país. Nesse sentido, esta política de alfabetização quer impor, sem dialogar, de maneira inquestionável e obediente às prescrições do que, quando e como ensinar, com aulas sobre quais grafemas equivalem a quais fonemas. Para Moraes (2019, p. 68) “[...] ao proporem este tipo de ensino tratam a criança como mera receptora e reprodutora de informações prontas e não querem investigar o que ela, a criança-aprendiz, pensa sobre letras, sílabas, palavras e texto”.

É notável perceber nesta parte do Caderno, que seus especialistas idealizadores, defendem uma visão de alfabetização pautada em argumentos relacionados a dados estatísticos em relatórios técnicos, apoiando seu discurso na legislação, na ciência e na valorização do que é produzido na Europa e nos Estados Unidos. Essa é uma visão reducionista da alfabetização, do ensino da compreensão da leitura e de produção de texto, e, principalmente com a antecipação da iniciação a alfabetização sistemática na Educação Infantil. A PNA limita a educação brasileira ao método fônico, excluindo as práticas de ensino do letramento e o cuidado de se alfabetizar ao mesmo tempo em que se amplia as práticas de leitura escrita. Além disso, esse modelo de ensinar é antidemocrático ao submeter às escolas e docentes o método fônico como única forma de alfabetizar. Há uma visão de alfabetização extremamente empobrecida e homogeneizante, pois apresentam de forma simplista a própria consciência fonêmica que é defendida no documento. A PNA, ao tratar a



instrução fônica sistemática baseada numa “sequência lógica” reduz a criança à mera receptora e reprodutora de informações prontas.

Para Maciel (2019), o documento desconsidera toda a pesquisa já desenvolvida no Brasil por pesquisadores renomados como Magda Soares, restringindo a alfabetização a apenas uma vertente. A autora traz o seguinte questionamento:

[...] qual o lugar da educação, do fazer pedagógico, do alfabetizador e do alfabetizando em uma Política Nacional de Alfabetização que traz majoritariamente o viés da psicologia e, dentro dela, a Psicologia “especialmente da ciência cognitiva da leitura”? (MACIEL, 2019, p.58, grifo do autor).

Almeida e Piatti (2021) destacam que essa visão reducionista traz sérias implicações na formação dos professores alfabetizadores e que interferem na prática pedagógica, sendo elas:

1) o caráter homogeneizador do documento que visa à adoção do método fônico como única perspectiva eficaz, e 2) a concepção pseudocientífica presente na PNA, travestida de projeto a-histórico, que enterra progressivamente a construção da consciência crítica de professores e alunos. (ALMEIDA; PIATTI, 2021, p. 662).

Teixeira e Silva (2021) assinalam que a PNA está inserida num contexto neoliberal, pelos seus ideais liberais, de liberdades individuais, onde os indivíduos se responsabilizam por si próprios, por sua educação, como se não houvesse interferência do Estado na economia e no campo social, com um viés conservador de direita se contrapondo a tudo proposto relacionado a alfabetização no Brasil. Portanto, as autoras apresentam a crítica de que a PNA reduz a alfabetização a uma única abordagem de padronização do ensino e homogeneização da prática, um instrumento ideológico com uma perspectiva funcional.

Concordamos com as autoras de que essa visão dos especialistas que formularam a PNA parece ignorar que durante o processo de alfabetização a criança tem suas hipóteses de escrita, que ela pensa e é capaz de produzir textos espontâneos.

Entendemos que a perspectiva fônica defendida pela PNA é inadequada, pois ela desconsidera o modo como a criança pensa sobre a escrita e a leitura, suas habilidades, vontades, desrespeitando o seu tempo e espaço. A PNA não tem compromisso com a motivação para com os alunos e com os direitos das crianças de se interessarem em livros e outros textos do universo infantil.



Esse é um dos problemas apresentados na proposta do MEC onde a compreensão da leitura é vista como algo a ser priorizado somente após o domínio da decodificação e leitura fluente, desconsiderando toda a leitura psicolinguística e os estudos sobre o Letramento e leitura, segundo Morais (2019) demonstram o quanto a escuta de textos lidos pelo professor de educação infantil ajuda as crianças a desenvolverem estratégias de compreensão leitora antes de terem autonomia na leitura de palavras. Isso porque muitos estudiosos do campo da psicologia cognitiva, os mesmos que defendem essa PNA, constituem os textos de maneira genérica como se as palavras que usamos para nos comunicar fossem apenas um amontoado de palavras e frases transcritas da oralidade para escrita.

O aluno depende não somente do automatismo na escrita de palavras isoladas como também da familiarização com cada gênero escrito, pois se concebendo os gêneros textuais tendo em vista que sua apropriação tem a ver com apropriar-se sócio culturalmente de cada gênero linguístico como poemas, receitas, manchete de jornais histórias desenvolvendo seu vocabulário e o seu conhecimento de mundo desde a Educação infantil. Porém, aparentemente para os autores da PNA esses seriam apenas, como dito anteriormente, caracterizados como um somatório de palavras sem função necessária para alfabetização.

Andrade e Estrela (2021) apontam que não há evidência mais importante do que outra, assim como não há área mais fundante que outra, não é o desmerecimento da pesquisa que fará avançar o conhecimento, como faz crer o MEC, mas sim, opção e compromisso político com a educação pública. Infelizmente a PNA privilegia apenas uma das diversas metodologias de ensino da leitura e escrita, desconsiderando tantas outras que também são de extrema importância durante o processo alfabetizador da criança.

As autoras ressaltam que a concepção de alfabetização imposta na PNA é reducionista quanto ao conhecimento do sujeito e da sociedade. Entendemos que a escrita ultrapassa o título “técnica”, ela é cultural e só pode ser aprendida por meio das experiências produzidas no ambiente escolar na relação com o cotidiano. O documento da PNA reduz a alfabetização como uma técnica a ser aprendida onde se adquire habilidades de leitura e escrita.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise realizada tanto do decreto (BRASIL, 2019a) quanto do Caderno de Alfabetização (BRASIL, 2019b) e dos artigos analisados foi possível percebermos que a maioria dos pesquisadores aponta os seguintes retrocessos: (i) visão restrita de alfabetização ao eleger apenas uma perspectiva teórica como evidência científica; (ii) falta de autonomia ao professor ao eleger o método fônico como política nacional; (iii) desconsideração da construção histórica da alfabetização no Brasil; (iv) esvaziamento da formação dos leitores; e (v) silenciamento do letramento.

A PNA apresenta um conceito de alfabetização baseado na ciência cognitiva da leitura, remetendo a uma visão restrita de alfabetização ao eleger apenas uma perspectiva teórica como evidência científica. A consciência fonológica é sim uma condição necessária, mas não é suficiente para o processo alfabetizador da criança.

Com o estudo realizado evidenciamos que as desigualdades sociais existentes vão se acirrar com a padronização apresentada pela PNA ao defender um modelo empobrecido de ensino por meio da repetição de sons de letras, sem reflexão. A alfabetização é mais do que isso, vai além dessa visão segregada imposta na PNA. Alfabetizar envolve as interações entre professor e aluno, a apropriação do conhecimento por meio da mediação e significação das ideias, sem desconsiderar a sua essência e características nesse processo alfabetizador.

Dessa maneira compreendemos que se faz necessário assegurar a autonomia das escolas e dos professores de modo a garantir a diversidade de metodologias e estratégias didático-pedagógicas. Também assegurar uma formação que garanta a autonomia e trabalho colaborativo nas escolas. Embora a PNA tenha sido revogada destacamos a importância de mais estudos com a finalidade de se verificar que impactos esta Política provocou no cotidiano das escolas, uma vez que os livros do Programa Nacional do Livro Diático (PLND) que circulam nas escolas estão ancorados. Abrir espaços de escuta dos professores e gestores das escolas, a fim de perceber se nos discursos presentes nas práticas de alfabetização os professores conseguem “subverter” o que é proposto na PNA e trabalhar a partir da realidade de sua escola, partindo perspectiva trazida por Ball (1983) acerca da autonomia relativa na apropriação das instituições das políticas.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. I.; PIATTI, C. B. Política Nacional de Alfabetização (PNA): implicações na formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista educação e políticas em debate**, v. 10, n. 2, p. 648-664, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/60179/32278>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- ANDRADE, M. E. B.; ESTRELA, S. C. A Concepção de Alfabetização e Letramento na Política Nacional de Alfabetização (PNA): entre tropeços e retrocessos. **Revista diálogo educacional**, Curitiba, v. 21, n. 69, p. 846-873, abr./jun. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v21n69/1981-416X-rde-21-69-846.pdf>. Acesso em 24 jun. 2023.
- BALL, S. J. **La micropolítica de la escuela**: hacia una teoría de la organización escolar. Barcelona: Paidós, 1989.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.
- BRASIL. Decreto n. 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui o Plano Nacional de Alfabetização. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 11.4.2019. Edição extra, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.
- BRASIL. **Caderno de Alfabetização**. Política Nacional de Alfabetização. Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. . Acesso em: 24 jun. 2023.
- BRASIL. Portaria nº. 1.460 de 15 de agosto de 2019. Institui a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**. 19.08.2019, edição 159, seção 1, p. 28-29. Brasília-DF: MEC, 2019c. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/08/2019&jornal=515&pagina=28> . Acesso em: 24 jun. 2023.
- BRASIL. Decreto n. 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. **Diário Oficial da União**, de 13 jun. 2023, p. 3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11556.htm. . Acesso em: 24 jun. 2023.
- BRASIL. **Avaliação nacional da alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.



MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil? **Revista Brasileira de Alfabetização** - ABAIf, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p. 58-59, jul./dez. 2019.

MORAIS, A. G. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista brasileira de alfabetização**, v. 1, n. 10, 2019.
<https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica 2004.

SOARES, M. B. **Alfabetização e Letramento**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

TEIXEIRA, L.; SILVA, T. Os discursos da política nacional de alfabetização e suas representações. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 15, p. 135-149, 9 dez. 2021.
Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/507>.
Acesso em: 24 jun. 2023.

VOSGERAU, D., S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista diálogo educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, 165-189, jan./abr., 2014.

AUTORES

MÁRCIA REGINA DO NASCIMENTO SAMBUGARI. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal (CPAN); Atua no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/CPAN/UFMS); Líder do Grupo de Estudo e pesquisas sobre formação e práticas docentes (Forprat); Coordenadora do Laboratório de Estudo e Pesquisas sobre Pedagogia e Educação Social (LaPPES). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4671-2102>. E-mail: marcia.sambugari@ufms.br

LARA IRIS JONES DOS SANTOS LIMA. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal (CPAN); Faz parte do Grupo de Estudo e pesquisas sobre formação e práticas docentes (Forprat); Foi Bolsista de iniciação científica do CNPq. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0005-1732-5113>. E-mail: loudas84@gmail.com

ALINE CRISTINE ANDROLAGE MERCADO. Mestre em Educação pela da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal (CPAN), Professora da rede municipal de ensino de Corumbá-MS; Faz parte do Grupo de Estudo e pesquisas sobre formação e práticas docentes (Forprat) e do Laboratório de Estudo e Pesquisas sobre Pedagogia e



Educação Social (LaPPES). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9956-0977>. E-mail:
alineandrolage25@gmail.com